

NO LITORAL NORTE DA PARAÍBA

COMPLEMENTAÇÃO

Luiz PATRIANNI, com a colaboração de
Marcelo GOMES

(Ajustamentos e Resumo de José Octávio de ARRUDA MELLO)

João Pessoa, PB
2016

Sumário:

- 7.1. Nas trilhas dos potiguaras.
- 7.2. O enlace com o Rio Grande do Norte.
- 7.3. Potencial riotintense.
- 7.4. De Lucena a Forte Velho.
- 7.5. Nas aldeias potiguaras.
- 7.6. Índio do futuro, pintura potiguara e reserva indígena.
- 7.7 Das reservas ambientais à APA de Mamanguape.
- 7.8. O projeto Peixe Boi Marinho.
- 7.9. Sugestões turísticas.
- 7.10. O problema do caranguejo uçá.
- 7.11. Uma retrospectiva histórica.
- 7.12. Holandeses, Litoral Norte e Guerras Cristãs.
- 7.13. Invasores do século XX e perfil dos personagens
- 7.14. Recapitulando Forte Velho e Santa Rita.

Luiz PATRIANNI - Jornalista de São Paulo, versado em turismo e redator de revistas especializadas do sul do país.

Marcelo GOMES - Guia de turismo, dotado de amplo conhecimento sobre o litoral norte da Paraíba.

O sentido destas notas, de nossa autoria, consiste em complementar o estudo do professor José Octávio sobre o litoral norte da Paraíba.

Como a esse historiador, seguindo as indicações do dr. Ivan Burity, coube levantar as linhas mestras dos municípios de Santa Rita, Lucena, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação e Mataraca, em termos espaciais, étnicos, históricos e econômicos, para dimensionamento de suas potencialidades turísticas, cabe-nos aprofundar o que foi acima exposto.

Ou seja, como a Octávio competiu visão sintética e, porque não dizer, honoriana, iremos complementar as colocações até aqui estabelecidas. À síntese se seguirá, pois, a necessária decomposição analítica, para o que nos valeremos das vivências originais de detidas observações de campo.

O trabalho, por conseguinte, se enriquecerá com nossas inflexões sociológicas e de contato com a realidade, completando o até agora firmado em termos globais e de perfil geo-histórico.

Nosso método consistirá em pincelar o que nos parecer pertinente, recorrendo a comentários capazes de aclarar o que foi até agora indicado.

7.1. Nas trilhas dos potiguaras – O ponto de partida da nova realidade constitui-se na montagem das estradas PB-011, PB-027, PB-041 e PB-061 que interligaram as localidades de Forte Velho, Lucena, Baía da Traição e Barra de Camaratuba com a BR-101.

Oportunamente construídas pelo Governo do Estado, essas estradas vicinais abriram caminho para espécie de redescoberta da região norte do Estado.

Para tanto, atrativos não faltaram. O litoral norte paraibano tem metade dos seus sessenta e seis quilômetros de praias dentro de áreas de proteção ambiental, distribuídos em um mosaico de unidades de conservação, onde espécies ameaçadas de extinção encontram refúgio.

A costa abriga, ainda, a mais antiga reserva indígena do Brasil, cuja nação, os potiguaras, habitam o mesmo lugar onde protagonizaram alguns dos principais capítulos do início da colonização brasileira.

O cenário, por sua vez, continua esplendoroso como nos séculos XVI e XVII, quando intensas batalhas, envolvendo nativos, colonizadores portugueses e invasores franceses e holandeses aconteciam em meio a falésias, praias desertas, estuários exuberantes e lagoas de águas cristalinas.

Com esses insumos abre-se espaço para um turismo comunitário de interesse histórico. Emerge então o objetivo de fomentar turismo de base sustentável e inclusão social, comprometido com a preservação das

unidades de conservação ambiental, assim como a divulgação e o resgate da cultura dos índios potiguaras.

7.2. O enlace com o Rio Grande do Norte – A exploração turística do litoral norte da Paraíba dispõe de uma singularidade.

Como essa região, separada apenas pelo rio Guaju, limita-se com o Rio Grande do Norte, impõe-se articulação técnico-administrativa com esse Estado, para exploração de turismo comum, o que aliás já teve início com as providências do secretário executivo Ivan Burity.

Expressão disso reside no distrito de Sagi, pertencente ao município mamanguapense de Baía Formosa. Trata-se da última praia do Rio Grande do Norte, antes da Paraíba, e onde a vila de pescadores daquele nome desperta para o turismo, graças a praias ainda intocadas, dunas, rios, águas e a reserva florestal da mata Estrela.

À semelhança do que ocorre com a praia de Pipa, que pertence ao Rio Grande, mas se mantém explorada e frequentada por paraibanos, o rio Cabuçú e a barra do rio Guaju, pertencentes ao vizinho Estado, constituem atrativos também para os paraibanos, com seus passeios de canoa e lama negra de propriedades medicinais.

No que tange à clientela turística do Rio Grande do Norte, o mesmo verifica-se com as áreas limítrofes

da Paraíba, em Barra de Camaratuba, Aldeias, Baía da Traição, rios Sinimbu e do Gozo, praias de Coqueirinho, Tambá, do Jerimum e das Cardosas, aldeias de Camurupim, Lagoa do Mato e Cumaru, além da Barra do Mamanguape.

Localizadas nos municípios de Mataraca, Marcação e Baía da Traição, algumas dessas áreas revelam excepcionais possibilidades turísticas, como as praias de Tambá e Jerimum, “belas, desertas e selvagens”. Bem assim, Barra de Camaratuba, encravada entre duas grandes reservas ecológicas, e Barra de Mamanguape onde funciona o Projeto Peixe Boi Marinho.

Já o litoral de Baía da Traição, “é um dos mais belos do Nordeste, tendo a configuração de meia-lua, onde se destacam praias sinuosas, falésias multicoloridas e uma linha de arrecifes, formando conjunto harmonioso de rara beleza paisagística”.

7.3. Potencial riotintense – Na região mais próxima ao Rio Grande do Norte, quem também se destingue pelo potencial turístico é o município paraibano de Rio Tinto.

A área urbana foi amplamente analisada na primeira parte deste estudo e compreende a antiga cidade fabril, objeto, devido a suas especificidades, de estudos e pesquisas acadêmicas.

Quanto à área rural e praiana, Rio Tinto desponta com as Barras dos rios Miriri e Mamanguape, APA da Barra

do Mamanguape, praias do Miriri, Oiteiro, Campina, Lagoa de Praia da Barra e ainda as aldeias Jaraguá e cachoeira da aldeia Jacaré de César.

Entre essas ocorrências geográficas, distingue-se a Foz do Miriri, como ponto de entrada dos peixes bois marinhos que aí se vêm alimentar. A praia do Miriri, usada como área de desova pela tartaruga verde. A praia de Oiteiro, ideal para competições de surfe. A Lagoa da Praia com suas piscinas naturais e a cachoeira da aldeia Jacaré de César, com cinco metros de altura.

Historicamente, o relevo fica por conta da Igreja de N. Sra. dos Prazeres. Localizada na Regina, ela provém de uma solicitação dos índios, ainda no século XVII, o que lhe assegura certo sincretismo religioso.

7.4. De Lucena a Forte Velho – Enquanto o setentrião do Litoral Norte paraibano aproxima-se de Natal, a parte sul apresenta como maior proximidade a cidade de João Pessoa, que a nucleia.

Lá se encontram Lucena e Forte Velho, sendo a primeira conhecida pela exuberância das praias e carnaval. Lucena sedia como principal motivação turística a Igreja da Guia cujo barroco tropical evidencia anjos deformados, armas do Império e até uma caveira, esculpidos na fachada de pedra calcárea.

Também em Lucena localizam-se as ruínas da Igreja de Bom Sucesso, nas proximidades da qual o mirante

permite divisar a foz do rio Camaçari e, um pouco mais ao norte, o encontro do rio Miriri com o mar, na condição de um dos limites da APA da barra do rio Mamanguape.

Já Forte Velho, que não pertence a Lucena, mas a Santa Rita, é uma das mais antigas povoações do estado da Paraíba e sua trajetória confunde-se com a própria história do Estado. Sua população é de 533 habitantes. A economia gira em torno da pesca, da agricultura e do turismo ocasional, procedido por embarcações que ligam, diariamente, o trapiche da cidade de Cabedelo a esse distrito santaritense.

É em Forte Velho, como berço da colonização paraibana, que se situa a Atalaia de Forte Velho, como torre de alvenaria que, localizada em um monte, resistiu ao tempo, para se tornar um símbolo da disputa pelo poder, no primeiro século do Brasil Colônia. Mirante de Vigilância, foi erguido pelas monarquias de Portugal e Espanha, por volta de 1585, no alto de uma colina próxima ao encontro do rio da Ribeira com a foz do rio Paraíba. Sua vista panorâmica permitia-lhe integrar o sistema de defesa dos fortes de São Felipe e São Tiago que procuravam cobrir área, da futura João Pessoa a Cabedelo, na margem direita do Paraíba, até a pontinha de Lucena, na margem esquerda.

A plataforma de edificação foi destruída pelos próprios edificadores, no ano seguinte, diante da total insegurança estabelecida na região.

7.5. Nas aldeias potiguaras – De acordo com o professor Josafá Freire, seguindo o entendimento dos irmãos Claudio e Orlando Vilas Boas, o índio é a terra, no sentido de que, privados desta, perdem a identidade e desaparecem.

Essa a razão por que aqui nos concentramos na reserva dos potiguaras que devem ser objeto de estudos e não desordenada visitação turística.

A reserva dos potiguaras localiza-se em uma das mais aprazíveis regiões do Nordeste brasileiro. São catorze quilômetros de praias desertas, falésias, matas de tabuleiro, manguezais, rios e lagoas de águas cristalinas.

Seus domínios fazem parte da lista de demarcação de terras indígenas localizadas na costa do país. Ocupam um espaço de 33.757 hectares, distribuídos em três áreas contíguas, nos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação. As trinta e duas aldeias abrigam, atualmente, cerca de vinte mil indivíduos, número que vem crescendo mas já chegou a atingir apenas dez mil em 2004.

Com seu significado tupi de comedores de camarão, os potiguaras fazem parte da família linguística Tupiguarani e habitavam toda costa da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Estima-se que sua população chegava a cem mil pessoas, até a aparição dos portugueses em 1500. No começo, os conflitos eram raros mas com o tempo os índios

sentiram a posse de suas terras ameaçadas e reagiram com força.

As leis de proteção e reconhecimento tiveram certa afirmação com o alvará de 23 de novembro de 1700 que estabelecia uma légua para cada aldeia de cem casais. Esses dispositivos foram corroborados pela Lei de Terras de 1850, e a de 1860 que resguardava as propriedades dos índios aldeados.

Na Paraíba, o território potiguara foi mais uma vez usurpado por invasores desde o início do século passado. Primeiramente, com a implantação da Companhia de Tecidos Rio Tinto que, localizada às margens do rio Mamanguape, responsabilizou-se por grandes desmatamentos.

Na década de setenta, sobreveio a cana de açúcar que, graças à monocultura das usinas de álcool, invadiu e cercou de canaviais as exíguas terras dos nativos.

Mesmo assim, em 1991, teve lugar a primeira demarcação da terra indígena potiguar, mediante um território de 21.238 hectares. Dois anos depois, a TI Jacaré de São Domingos foi homologada, com 5.032 ha.

A batalha por justiça, no entanto, se mantém. Com 7.487 hectares, a TI Potiguara de Monte-Mór pretende recuperar zonas tomadas pela indústria têxtil e algumas usinas de açúcar.

7.6. Índio do futuro, pintura potiguara e reserva indígena – Os potiguaras do século XXI têm seus pés apoiados no presente, mas o movimento de resgate de sua cultura, tão expressiva no passado, é um passo fundamental para as atuais gerações reafirmarem sua identidade. As escolas indígenas vêm revolucionando esse processo.

Desde 2002, as trinta e duas aldeias dispõem de unidades de ensino fundamental com professores bilíngues, sendo que, quatro delas, em São Francisco, Monte-Mór, Três Rios e Acajutibiró, recebem alunos do ensino médio. A língua tupi que até então aparecia de forma difusa, mediante frases soltas e esparsas, no meio de construções em português, vai, aos poucos, ressurgindo, na boca do povo.

O Toré, ritual de comemoração sagrado, praticado há centenas de anos, é agora cantado na língua matriz, em manifestação simbólica de culto e respeito às origens potiguaras.

As aulas, além da grade normal de qualquer escola do Brasil, ensinam gramática da língua tupi, história étnica e arte e cultura potiguara.

Essa prática fortaleceu o toré como ritual sagrado dos índios do nordeste brasileiro e que resistiu a tudo e a todos. Nem mesmo centenas de áreas, em longos processos de aculturação, foram capazes de minar esse culto que está na essência do espírito guerreiro dos potiguaras.

A cerimônia, fechada, constitui celebração à identidade e à união das aldeias e acontece em diferentes situações. No dia do índio, a dezenove de abril, é realizado um grande toré, aberto ao público, na aldeia de São Francisco.

Com essa dança, porque usada durante o ritual do toré, articula-se a pintura potiguara como uma de suas expressões culturais mais representativas. O grupo recorre então ao urucum cuja coloração vermelha reproduz o sangue e a força dos guerreiros. Extrair sua tinta é muito simples porque, aberta a semente, com as próprias mãos, os nativos pintam o rosto.

Já a cor preta do jenipapo evoca a Mãe Terra, fonte de energia. Sua obtenção é bem mais complexa, sendo necessários três dias, durante os quais se mexe o caldo, com as raspas do fruto, a cada duas horas, até chegar à tonalidade e textura certas.

Tudo isso se verifica dentro da reserva potiguara de 38.750 hectares dos quais a terra indígena potiguar compreende 33.757 hectares, a TI Jacaré de São Domingos 5032 há. e a TI de Montemor 7.487 há. Essas três áreas distribuem-se pelos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação.

Sua população é estimada em vinte mil almas, distribuídas por trinta e duas aldeias, cada uma das quais subordinada à autoridade de um cacique. A reserva como um todo é comandada por um cacique geral.

7.7. Das reservas ambientais à APA de Mamanguape

– Uma das características do litoral norte da Paraíba consiste na concentração do maior número de áreas protegidas do Estado, dentro de um largo mosaico de ecossistemas.

Com efeito, dos sessenta e seis quilômetros do litoral de Lucena, à barra do rio Guaju, na fronteira com o Rio Grande do Norte, trinta e dois estão dentro de áreas de proteção ambiental.

O corredor de biodiversidade estende-se como um tapete ecológico, formado pela APA do rio Mamanguape, Terra Indígena Jacaré de São Domingos, Terra indígena Potiguaras, Parque Ecológico do Caranguejo Uçá, Reserva Particular da Empresa Mineradora Cristal Global, todos abertos à visitação pública, além da Reserva Ecológica Mata do Rio Vermelho, Reserva Biológica de Guaribas e Estação Ecológica do pau-brasil, restritos aos pesquisadores. Todos no litoral norte.

Nesse contexto, o maior símbolo de preservação e resistência é o transido peixe boi marinho que busca a recuperação de sua população na barra do rio Mamanguape, a principal área de concentração dessa espécie no nordeste brasileiro, onde ele nada e respira aliviado.

Temos, também, na APA do rio Mamanguape, exuberante cobertura florística. Neste, os manguezais chegam a seis mil alqueires, como maior área preservada do Estado da Paraíba. Esses berçários da

natureza revelam gama de variadas formas de vida, a exemplo das espécies de mangue vermelho, mangue preto ou siriubeira, mangue de botão e mangue branco.

7.8. O projeto Peixe Boi Marinho – O peixe boi é um animal raro de se ver livre na natureza. Na Barra do rio Mamanguape, no entanto, o mamífero, que corre o risco de extinção, é observado com relativa facilidade. A região representa a principal área de concentração da espécie marinha, no nordeste brasileiro, sendo que graças a sua presença, foi criada em 1993 a APA da Barra do Rio Mamanguape.

A base de proteção e pesquisa acha-se coordenada pela Fundação Mamíferos Aquáticos que desenvolve trabalhos de monitoramento, tratamento de espécimes em cativeiro, momentaneamente suspenso, e programas de reintrodução no meio ambiente natural.

A Fundação torna-se responsável por aulas de educação ambiental voltadas às comunidades que estão dentro da APA, incluindo seis aldeias potiguaras, na margem norte do estuário, além de apoiarem associações de moradores com serviços ligados ao turismo de base sustentável.

No último censo, realizado em 2013, foram contados cerca de mil peixes bois vivendo em estuários na costa nordestina, principalmente entre Paraíba e Alagoas, no litoral norte do Brasil.

O peixe boi marinho que vive tanto em águas salgadas quanto doces, pode atingir oitocentos quilos e medir quatro metros. Já o peixe boi da Amazônia habita bacias fluviais e atinge trezentos quilos e dois metros e meio de comprimento.

Por conta da presença do peixe boi é que foi criada, em 1993, a APA do rio Mamanguape.

Um de seus objetivos consiste em neutralizar as ameaças que incidem sobre esses mamíferos, no litoral paraibano. Tais a caça predatória, a morte acidental em redes de pesca, a ingestão de sacos plásticos, ou atropelamentos de barcos, somados à crescente redução de seu habitat para a reprodução, aumentando os registros de encalhes de filhotes, o que torna a sobrevivência da espécie algo complicado. No litoral da região norte do Brasil, a captura intencional com arpões ainda representa a principal causa de morte dos peixes-bois.

7.9. Sugestões turísticas – Afora suas finalidades ecológicas e científicas, a APA do rio Mamanguape vem procurando estimular atividades turísticas na região.

São elas mergulho na barreira de corais, observação de tartarugas e de peixe boi marinho, utilização das trilhas do Oiteiro e do rio Miriri, passeios de canoa no manguezal e visitação à exposição fotográfica da própria APA.

Todas essas atividades são conduzidas pelos guias da AGEAPA – Associação de Artesãos e Guias de Ecoturismo da Região da APA da Barra do rio Mamanguape – que firmaram recomendações destinadas à proteção da espécie.

São elas desligar os motores dos barcos a dez metros dos animais, não fazer barulho próximo aos peixes-bois, não ultrapassar o tempo de quinze minutos para as visitas e não abusar das caminhadas sobre os recifes de coral.

7.10. O problema do caranguejo uçá – Há inúmeras razões para apanhar o carro, entrar nas trilhas dos potiguaras e conhecer o Parque Ecológico do Caranguejo Uçá, localizado no distrito de Barra de Camaratuba, Município de Mataraca.

Criado para proteger áreas remanescentes de manguezais e um de seus ilustres moradores, o caranguejo-uçá, cuja espécie está ameaçada de extinção, essa região dispõe de vocação para provocar exclamações.

São cento e sessenta hectares de áreas e predados de todas as ordens. Classificada como área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE – a sigla da unidade de conservação indica características naturais extraordinárias e os primeiros motivos para ver os caranguejos, de perto.

O Parque Ecológico Caranguejo-Uçá trata-se de um legítimo condomínio de crustáceos. Como não

poderia deixar de ser, apresenta, no manguezal, o principal ecossistema.

A região em torno dele, no entanto, apresenta porções significativas de mata de restinga, de porte médio e restinga arbustiva, mais rala, que cobrem a maior parte das dunas com sua vegetação fixadora.

Vale destacar, igualmente, a ocorrência de fragmentos da Mata Atlântica.

Na ONG SOS Caranguejo Uçá, o nome dessa entidade ambiental, sem fins lucrativos, é autoexplicativo. O caranguejo uçá está desaparecendo dos manguezais e pede socorro por sua sobrevivência.

A ONG, em parceria com o poder público, o setor privado e a Universidade Federal da Paraíba, estabeleceu dois objetivos a serem alcançados no Parque Ecológico Caranguejo Uçá e a comunidade local de Barra de Camaratuba. O primeiro consiste em se aproveitar da área de refúgio de vida silvestre para preservar e repovoar o crustáceo, por meio do desenvolvimento de seus estágios larvais e juvenis, em laboratório piloto.

O foco do segundo objetivo não reside na preservação do manguezal em si, mas na inclusão social da população que vive em torno, por meio do turismo de base sustentável. As ações desenvolvidas são a capacitação dos catadores de caranguejo para trabalharem como monitores ambientais do parque, a produção artesanal com mão de obra local em

torno do tema caranguejo-uçá, o preparo de jovens da comunidade para atuarem como guias turísticos e o desenvolvimento de culinária local voltada para a captura do caranguejo, de forma ecologicamente correta.

Do ponto de vista turístico, recomenda-se a utilização de quadriciclo para passeios que, saindo de Barra de Camaratuba, onde esses veículos são alugados, sigam até a barra do rio Guaju, na divisa com o Rio Grande do Norte. Do outro lado do rio, que pode ser cruzado por uma pequena balsa, a dica consiste em conhecer a charmosa vila do Sagi.

7.11. Uma retrospectiva histórica – Há dois caminhos que se cruzam quando ingressamos no circuito turístico “Nas trilhas dos Potiguaras”, do litoral norte da Paraíba. O primeiro vai ao encontro do presente, através rota de preservação permeada por praias paradisíacas, falésias coloridas, rios de águas cristalinas, terras indígenas e matas exuberantes.

O outro sentido da viagem procede a uma curva radical no tempo e volta aos primeiros capítulos dos séculos XVI e XVII, quando os mesmos lugares agora foram palco de emboscadas, conluíes, catequeses e batalhas épicas que determinaram o rumo de nossa história.

A França procedia o escambo do pau brasil e ocupava a costa nordestina, a partir da margem esquerda do

rio Paraíba até o Maranhão, em aliança estratégica com os índios potiguaras que, desde a chegada dos escravocratas portugueses, resistiram ferozmente à ocupação de suas terras.

Portugal, por sua vez, mergulhara em crise política e econômica e não dispunha de planos urgentes para a colônia, taxada como desinteressante, devido à carência de pedras e metais preciosos.

Mesmo assim, os portugueses decidiram contratar. Foram quatro frustradas tentativas, até que, em 1585, com a ajuda dos índios tabajaras, vindos da Bahia para se estabelecerem na margem direita do rio Paraíba, foi fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa.

Com a conquista da capitania da Paraíba, a União Ibérica, enfim, pôde expulsar de vez os franceses e avançar seu território para o norte do Brasil. A calmaria, porém, não iria durar muito tempo.

7.12. Holandeses, Litoral Norte e Guerras Cristãs

– Isso porque, repelidos os franceses, entraram em cena os holandeses. Com os potiguaras de Pedro Poti e Antônio Paraupaba, aderindo aos flamengos, a luta deslocou-se para o litoral norte da Paraíba.

Nesse, os holandeses, provenientes da Bahia, apenas estacionaram para reabastecimento, na Baía da Traição, em 1625. Mas voltaram, com intenções definitivas, nove anos depois, quando ocuparam a

Paraíba que compreendia a capital, o vale do Paraíba, com seus engenhos, e os litorais norte e sul.

Uma das etnias indígenas que mais sofreu com a catequização imposta por nações colonizadoras foram os potiguaras. No auge da guerra político-religiosa que atingia a Europa, desencadeada pela reforma protestante e a contrarreforma católica, os nativos brasileiros ficaram no meio do fogo cruzado das doutrinas cristãs.

A Igreja Cristã reformada veio em 1630 para o Brasil, sob a bandeira holandesa, ocasião em que grande parte dos potiguaras nela enxergaram os libertadores da opressão exercida pelos ocupantes luso-hispânicos.

Em 1638, os próprios índios potiguaras da Paraíba, que chegaram a expulsar padres de seus núcleos, solicitaram pastores para as aldeias. Os escolhidos foram David Direslaer e Johannes Eduardus que, além de ampliarem o trabalho missionário, decidiram-se ao ambicioso projeto de instituir catecismo tupi.

O pastor Eduardus traduziu trechos da Bíblia e David organizou o livro Uma Instrução Simples e Breve da Palavra de Deus, escrito nas línguas brasiliana, holandesa e portuguesa. A obra, com notas e formulários para batismo e santa ceia, foi impresso na Holanda e distribuída no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, em 1641.

No início do movimento de Insurreição Pernambucana, em 1645, uma série de trocas de carta

entre líderes potiguaras tornou-se o símbolo da guerra de propaganda religiosa que separou esse povo.

Do lado católico português, no momento em que a guerra de restauração já havia separado Portugal de Espanha, avultaram o capitão Antônio Felipe Camarão e o Sargento-mór Diogo Pinheiro Camarão. No outro flanco, o regedor e comandante do Regimento de Índios na Paraíba, Pedro Poty, e o Regedor de Índios do Rio Grande do Norte, Antônio Paraupaba, aliados da Companhia das Índias Ocidentais.

As mensagens escritas em tupi tentavam convencer os oponentes a mudarem de lado e se entregar.

7.13. Invasores do século XX e perfil dos personagens

– Comerciantes nas cidades, os holandeses, que se contentavam em extorquir rendimentos dos senhores de engenho, aos quais concediam empréstimos, não se voltaram contra as terras potiguaras.

Essa foi a sina dos portugueses e dos que, proclamada a independência, os sucederam. De Pombal, no século XVIII, à Lei de Terras de 1850, a legislação procurou conter a usurpação de terras indígenas.

No litoral norte paraibano, essa acentuou-se no século XX quando, a título de expandir seus negócios, originários do município pernambucano de Paulista, a segunda geração dos Lundgrens comprou, em 1917, isolada área de 601 quilômetros quadrados, próxima ao rio Mamanguape.

Parte da região pertencia à aldeia potiguara Jaraguá que teve moradores desalojados e grandes proporções de sua reserva atlântica desmatada, para a construção de uma fábrica, assim como para alimentar, de lenha, as respectivas caldeiras.

No final da década de sessenta, com a perda de mercado e crises econômicas da indústria têxtil, os Lundgrens começaram a vender, gradativamente, suas terras para produtores de cana de açúcar. No começo dos anos noventa, a fábrica estava totalmente desativada. Atualmente, a família recebe o aluguel de 80% das casas de Rio Tinto.

Os potiguaras, por sua vez, conseguiram recuperar e demarcar 7.487 hectares das terras indígenas de Monte-Mor que aguardam homologação. Assim que a ratificação se concretizar, a ideia é a de transformar a mansão da Regina, apelidada pelos moradores locais de castelo de Hitler (sic), em um grande memorial indígena.

Essas reconstituições históricas não estariam completas sem referências, ao menos nominais, a André Vidal de Negreiros e cacique Felipe Camarão, que lideraram a rebelião antiflamenga, Pedro Poty, chefe potiguar que aderiu aos holandeses, e cacique Zorobabé que trilhou o caminho oposto.

Sob a angulação personalista, são essas algumas das lideranças que tingiram de sangue a Paraíba e, um pouco, seu litoral norte, entre 1634 e 1654. Essas lutas chegaram até a fronteira do rio Guaju, nos limites com o Rio Grande do Norte.

7.14. Recapitulando Forte Velho e Santa Rita – Firmadas essas colocações, resta-nos recapitular duas localidades da maior envergadura nas origens históricas do litoral norte da Paraíba – Forte Velho e Santa Rita.

De acordo com o guia de turismo Sebastião Gomes, a Paraíba nasceu em Forte Velho como primeiro espaço onde aportaram os portugueses, graças à edificação, em 1584, dos fortes de São Felipe e São Tiago. A este seguiu-se o Mirante de Atalaia, localizado no alto de uma colina, como oratório e observatório, na defesa das terras do estuário entre o rio e o mar.

Esses foram os marcos iniciais da implantação da capitania da Paraíba.

De certa forma, Forte Velho constituiu a primeira sede da capitania da Paraíba. Tal aconteceu quando, ao mando do general Diogo Flores Valdés, o alcaide Francisco Castejon tornou-se administrador dos redutos de São Felipe e São Tiago. Da antiga aldeia potiguara, ainda hoje se avistam o estuário e a foz do rio Paraíba.

Situado à margem esquerda do Paraíba, no distrito de Livramento, como parcela do município de Santa Rita, Forte Velho integra complexo paisagístico onde se destacam, além do estuário do rio Paraíba, as ilhas da Restinga, do Stuart, dos Porcos, Tiriri, Santinha e Felix de Belli, a praia marítima da Costinha e as fluviais de Forte Velho, Ribeira, Tambauzinho e Jacaré. Os rios Paraíba e seu afluente Sanhauá serviram como rota

de navegação das quatro expedições marítimas que objetivaram ocupar em 1585 a Capitania da Paraíba e a sede definitiva de sua capital, Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa.

A trinta e um quilômetros do centro de Santa Rita e quarenta e três de João Pessoa, Forte Velho dispõe de potencial turístico, apoiado no coco de roda e outros folguedos, além de rico artesanato e original culinária.

Já Santa Rita tornou-se o segundo núcleo de povoamento do Estado, graças ao engenho D'El Rey, implantado por Martim Leitão, juntamente com a tranqueira de São Sebastião. Isso ocorreu em 1576/7, na aldeia dos índios Tibiris cujo chefe se denominava Assento de Pássaro.

Depois surgiu, em 1774, o engenho Cumbe que, em 1910, se transformou em Usina Santa Rita. Foi junto a ele que se erigiu povoado do mesmo nome, quando, em 1776, frades italianos construíram capela de devoção a Santa Rita, a qual denominou a localidade que, anteriormente, se chamara Vale do Paraíba e Vila Cumbe. A nascente povoação atraiu pagadores de promessas e comerciantes que contribuíram para o povoamento do centro. Em 1822, foi criada a feira livre local, no pátio da Igreja Matriz, atraindo ainda mais a população da região. Foi nesse período que surgiram as primeiras habitações urbanas.

A diversificada agricultura santarritense compreende abacaxi, cana de açúcar, frutos tropicais, batata doce, macaxeira, inhame e feijão, porém, dotado de sólido

comércio, o município expressa o terceiro polo industrial do Estado, graças a suas empresas têxteis, calçadistas e de refrigerantes e água mineral. A cana de açúcar e seus derivados comparece com as usinas São João, Santana e Japungu e as destilarias de nome Jacuipe, Miriri e Engenho do Meio. O colégio eleitoral santaritense com oitenta e cinco mil eleitores é o terceiro do Estado.

Na cultura, Santa Rita sempre revelou ativistas dos mais variados gêneros como atores, pintores, escritores, ceramistas, cineastas, desenhistas, músicos, historiadores e jornalistas, tradutores de sua identidade. Entre os grupos de cultura popular distingue-se o “Massapê”, existindo ainda a banda filarmônica São José. Além de possuir dois teatros, o Município revela um dos mais amplos patrimônios históricos do Estado, em engenhos, capelas, igrejas e casarões.

Com isso, abre-se ampla perspectiva para o turismo. Este também dispõe de perspectivas nos ecoturismo e turismo de aventura, por conta de potencial natural, em rios, mangues, mata atlântica, ilhas, nascentes, grutas e cavernas.



Publicação digital pelo site <http://auniao.pb.gov.br/>
A União - Superintendência de Imprensa e Editora

Engajada no conhecimento e divulgação do Litoral Norte da Paraíba, a Secretaria Executiva de Turismo do Governo Ricardo Coutinho comissionou o historiador José Octávio de Arruda Mello para reconstituição geo-histórica e cultural dos municípios de Santa Rita, Lucena, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação e Mataraca, de que trata o presente volume.



SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO DO ESTADO DA PARAÍBA

